

REVISTA DE LIVROS

*BOOK REVIEWS*



(2012) **AVELINO DE FREITAS DE MENESES,**  
**COISAS DE AGORA. O HISTORIADOR E A ACTUALIDADE.**  
PONTA DELGADA, LETRAS LAVADAS EDIÇÕES\*.

José Luís Brandão da Luz – Universidade dos Açores.

Avelino de Freitas de Meneses, há precisamente 25 anos, em 1987, ganhou notoriedade e reconhecimento como historiador ao publicar *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)*, fruto da investigação realizada para provas académicas a que se submeteu, na sua Universidade, a Universidade dos Açores, onde, como sabemos, se licenciou em História e ingressou como assistente, em 1981. Até ao presente, a sua obra historiográfica tem sido vasta e inovadora, com inúmeros artigos e livros, da maior importância para o estudo da história dos Açores, no contexto nacional e do Atlântico. Este livro, porém, *Coisas de Agora. O Historiador e a Actualidade*, que tenho a honra de apresentar, correspondendo ao convite que o Professor Avelino de Meneses teve a gentileza de me endereçar, e que nos reúne neste magnífico e acolhedor espaço da Livraria Bertrand, reveste, na vasta bibliografia do autor, uma singularidade que o próprio quis registar na introdução que escreveu com o título de Nota Prévia.

Num estilo interpelativo, que desafia a curiosidade do leitor, Avelino de Meneses começa por dizer o que o livro não é! Em jeito de aviso, informa que o livro não exhibe as credenciais das suas obras anteriores, esclarecendo que se não trata, por isso, dum livro de ciência, por não dispor do respaldo da investigação de fontes, que também não é um livro de história, porque não tem o propósito de empreender a sistemática reconstrução interpretativa do passado, e que tão pouco é um livro sobre os Açores! Mas, então, perguntamos, o que será este livro?

Antes de termos ocasião para vaguear por conjecturas fantasiosas, como a que nos levaria a supor que o autor se preparava para nos revelar uma nova faceta sua, eventualmente, de ficcionista, até agora desconhecida, e que estaríamos perante o aparecimento de um romance histórico, um caminho que tem vindo a atrair consagrados historiadores, mesmo no nosso país, logo somos advertidos de que o livro

---

\* Texto de apresentação da obra em título, em sessão de 20 de Setembro de 2012 na Livraria Bertrand em Ponta Delgada

reveste uma feição interventiva muito claramente assumida.

Avelino de Meneses, sem despir a pele de historiador, de açorianista e de actor muito actuante e empreendedor na vida social e política dos Açores e também do país, durante o seu reitorado de 8 anos, que conferiu à Universidade notável projecção e desenvolvimento, não desperdiça o ensejo que várias ocasiões lhe proporcionaram, quando, como reitor da universidade, era uma presença muito frequente e eloquente na nossa vida social e cultural, para dar expressão ao que pensa sobre o futuro dos Açores, na construção da autonomia, no contexto da Europa e do mundo, na utilização dos seus recursos naturais e nas perspectivas que se abrem para as suas instituições e os seus habitantes. De imediato, faz-nos saber que o livro reúne um conjunto de textos, fruto da participação em diversos eventos, como conferências, discursos, a apresentação de um livro e uma entrevista, em que, simultaneamente, o «ofício de historiador», que é o seu, e que sempre vem ao decima nas suas intervenções, e os Açores, que na verdade estão sempre no seu pensamento e no âmbito das suas investigações e análises, são o instrumento que utiliza e o terreno em que centra as suas reflexões. Desta forma, compreendemos a sinceridade das suas palavras, quando afirma que o livro «foi feito a

pensar nos Açores, na sua história, na sua actualidade, no seu destino, nas suas vivências intrínsecas e nas suas afinidades extrínsecas».

Entre os temas abordados, o da autonomia é recorrente e escarpado com perspicácia e acribia nas suas ligações com a sociedade globalizada do conhecimento e com o exercício dum cidadania plena, alicerçada na participação activa e esclarecida das populações, ou seja, de homens e mulheres livres e solidários. O tema da autonomia ganha profundidade quando o pensamos no contexto mais geral do fenómeno da globalização que, apesar de abrir perspectivas mais amplas de realização pessoal, não deixa de suscitar ameaças e preocupações, como as que geram a exclusão social, a hegemonia de padrões e de comportamentos sociais, que não deixam lugar aos particularismos das pequenas comunidades e regiões, bem como a irrupção de formas intolerantes de fanatismos sectários e o domínio avassalador de interesses anónimos e devastadores. Mas o tema da autonomia ganha ainda maior dramatismo quando percebemos que os progressos do conhecimento e o crescente domínio tecnológico não têm podido sustentar, perante a nossa impotência para agir em contrário, os preocupantes atentados à natureza e à legitimidade democrática da autodeterminação dos povos, que parecem

depende cada vez mais de redes de decisão sem rosto e sem regras.

Todavia, não será o medo ou o isolamento que nos poderá servir de refúgio. Será antes o investimento que soubermos fazer no conhecimento, que nos poderá manter autónomos, como confirmam, aliás, «a nossa geografia e a nossa história», assevera Avelino de Meneses, num esforço muito conseguido de conceder substância à muito conhecida e utilizada intuição de Vitorino Nemésio de que a «geografia, para nós, vale outro tanto como a história». Com efeito, argumenta o autor, o pioneirismo de Portugal, nos séculos XV e XVI, como agente da globalização e veículo difusor da sociedade do conhecimento, surge num contexto de autonomia do país, «quando a consolidação da independência facultou o esboço de um projecto de expansão» (p. 18). E o nosso destino histórico tem vindo a ser jogado no tabuleiro da situação geográfica dos Açores no meio do Atlântico que, associados à saga da expansão portuguesa, se tornaram por isso «agentes de transfiguração do globo, que propiciaram a aproximação dos continentes e o diálogo das civilizações, enquanto vias de exportação e de acolhimento de padrões civilizacionais milenares e dissemelhantes» (pp. 20-21).

Mas o destino dos Açores não se encontra iluminado apenas pelos cla-

rões mais resplandecentes que se acenderam no país. As sombras que têm enegrecido os nossos horizontes não nos fizeram esmorecer, mas têm-nos servido de estímulo, como mostra a história do nosso processo autonómico que, a partir do século XIX, nos associa à situação de crise e de declínio do país. Na penetrante leitura de Avelino de Meneses, a conquista da Autonomia compreende-se como «uma reacção dos Açores contra a decadência de Portugal», inicialmente, na concessão da primeira Autonomia, por decreto de 2 de Março de 1895, face à «agonia da Monarquia», posteriormente, nos 2.º e 3.º movimentos autonomistas, no contexto das vicissitudes que conduziram ao colapso da 1.ª República e as ambiguidades do 25 de Abril (cf. pp. 22-23). Hoje, em que a descrença no rumo do país e do futuro da Europa abala a confiança no amanhã, a afirmação da autonomia não poderá limitar-se a reeditar as reivindicações do passado, ligadas às aspirações sociais e históricas das singularidades insulares, mas deverá exigir cada vez mais a mobilização esclarecida dos cidadãos, o exercício activo da cidadania, vigilante e participativo, na definição e construção dos rumos do nosso futuro colectivo. Trata-se dum desígnio que, para além da mobilização de políticas de combate à redução do défice orçamental, que tanto nos deprimem e sufocam

numa espécie de pesadelo sem fim à vista, exige a aposta no persistente combate ao «défice educativo», que não deixa de ser, pelo obscurantismo que arrasta consigo, «o maior e mais pernicioso de todos» os défices, como reconhece Avelino de Meneses.

A experiência da globalização, a participação nos benefícios da sociedade da informação e do conhecimento, a vivência da prosperidade que nos trouxe a integração europeia, tudo isto alargou o nosso campo de actuação que «supera em muito a reduzida expressão do arquipélago nos domínios da dimensão territorial, do efectivo demográfico, da representação política e da produção de riqueza» (p. 21). Mas, por outro lado, esta abertura rasgou em nós outros horizontes mais vastos e outras exigências que o sentido crítico vai apurando, o que leva Avelino de Meneses a admitir: «Hoje, a autonomia já não é um negócio entre Portugal e os Açores! É de crer que o Terreiro do Paço seja sempre o muro das nossas lamentações. Todavia, ele já não é o epicentro dos nossos anseios de auto-governo. Hoje carecemos de muita coisa que Portugal já não nos pode garantir. Algumas dessas coisas têm de ser procuradas mais longe. Outras encontram-se debaixo dos nossos pés e disso ainda não nos apercebemos de todo» (p. 33). Para que as incertezas do financiamento não venham a secar a dinâ-

mica do projecto autonómico, as ilhas têm no mundo a «última janela de oportunidade da Humanidade», que é, para Avelino de Meneses, o mar e o seu aproveitamento (cf. p. 37). Nos Açores, o mar oferece a possibilidade de «conferir à Europa uma dimensão atlântica», em que será possível «dar continuidade ao diálogo intercivilizacional, indispensável à projecção da Europa, que por vezes aparenta algum sufoco, porque demasiado constrangida entre a supremacia da América, a ocidente, o enigma da Rússia, a leste, e a força do Islão, a sul» (pp. 51-52). Este constitui um tópico muito forte desta sugestiva e estimulante obra, que procura perceber a importância dos Açores pela sua história e pela sua posição geográfica. A relevância do mar, ao longo da história, tem sido reconhecida como um sinal do exercício de poder. Todavia, observa Avelino de Meneses, «a utilidade dos oceanos não respeita exclusivamente à projecção política e militar dos estados (...). Mais do que isso, nos nossos dias, os oceanos pontificam como fonte essencial de muitos recursos, como meio principal de transferência de bens» (p. 62). Os recursos do mar e a extenuação dos recursos terrestres fazem aumentar inevitavelmente «a disputa dos oceanos, quase estimulada pela relativa indefinição das fronteiras marítimas e até pelas ambiguidades do direito internacio-

nal» (p. 67). Para além das pescas, o valor dos recursos marítimos tem vindo a ser destacado pela prospecção científica do mar profundo, onde a descoberta de micro-organismos em fontes hidrotermais de grande profundidade tem suscitado o interesse da indústria farmacêutica, e onde a perspectiva da existência de recursos minerais tem chamado a atenção da indústria extractiva, como foi notícia no passado fim de semana em que o governo açoriano concessionou uma empresa do Canadá para realizar prospecções em cinco pontos do nosso mar. Mas a exploração do mar está também ligada à produção de energias renováveis, ao incremento do turismo, ao transporte de mercadorias e à exploração arqueológica, com grande significado histórico e cultural.

Se, no passado, «Portugal foi essencialmente o mar» (p. 63), tese sustentada em 2006 na conferência que Avelino de Meneses pronunciou em Angra do Heroísmo no âmbito das comemorações do Dia de Portugal organizadas pelo Representante da República, Juiz Conselheiro José António Mesquita, hoje, o futuro de Portugal e dos Açores reclama a aposta de um decidido investimento no mar, que deverá mesmo merecer ser situado no centro da nossa política externa: «O mar é afinal a única garantia de que Portugal se não con-

finha à Europa, já que a via atlântica propicia o reforço de conexões indispensáveis, a norte, com os preponderantes Estados Unidos, a sul, com os emergentes Brasil e Angola, mas ainda na tentativa de fixação de influência nos PALOP» (p. 65).

O mar, por estas razões, situa-se hoje no centro do interesse estratégico de defesa dos países. Estes, cada vez mais, investem na zona económica exclusiva das suas águas para as proteger da delapidação ilícita de invasões externas, que outrora ocorriam em terra e que hoje fustigam as águas territoriais dos oceanos. Mas o mar constitui ainda um alvo fundamental da investigação científica de muitas instituições de ensino superior, que se tornaram parceiras naturais das empresas, apostadas na «constituição de *clusters*, que facilitem a aplicação da ciência e da tecnologia» (p. 70). Se o nosso país é, na Europa, o que possui maior jurisdição sobre o mar, graças à extensão costeira do seu território e aos vastos domínios que se estendem a partir dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, torna-se para nós «imperioso recolocar a questão dos oceanos no epicentro das nossas decisões porque, sendo o mar a matriz da nossa identidade, há-de ser necessariamente a alavanca da nossa regeneração» (p. 73).

Em estreita ligação com o mar, sobressai a importância de intervir

decisivamente a nível do ambiente. A defesa dos Açores e o futuro da autonomia passam pela execução duma política de educação ambiental que alerte para a vulnerabilidade dos oceanos e os riscos da ocupação e exploração descontrolada dos solos. A aposta na educação ambiental é para Avelino de Meneses «um acto de cidadania, indispensável a uma consciencialização útil e necessária, movida pelo propósito de participação dos homens na construção do futuro» (p. 82). A investigação que tem sido realizada em Portugal e, particularmente, na Universidade dos Açores dispõe já dum activo inestimável de conhecimentos e de competências para tornar a sociedade mais esclarecida e empreendedora. Estes são hoje requisitos indispensáveis para a tornar mais autónoma e responsável na exploração criteriosa e inovadora dos recursos do mar, sem causar danos no ambiente. Abre-se assim um caminho novo de intervenção que torna o conhecimento indissociável do desenvolvimento económico, o que confere um rumo sustentável e inovador ao projecto autonómico dos Açores. É que a prosperidade das nações já se não constrói à custa da «conquista de fontes de matérias-primas (...), no presente a situação é bem diversa. A chave da riqueza é agora o conhecimento» (p. 91). Os homens e as mulheres, enquanto agentes da cultura,

da ciência, da tecnologia e da inovação das regiões, dos países e das civilizações, representam hoje o activo mais importante do desenvolvimento. Existe, assim, «um nexo forte entre educação, produtividade, crescimento e modernização» (p. 91), o que torna a escolarização num agente do desenvolvimento económico, permitindo acreditar que «a formação é ainda a melhor defesa do jovem cidadão na sociedade do futuro», conclui Avelino de Meneses no capítulo dedicado a «A crise e os jovens».

Duas notas ainda, antes de terminar, para dizer o seguinte:

1. O presente livro poderá não ser talvez um livro de história, na sua acepção académica mais exigente, nem um livro de história sobre os Açores, segundo os modelos correntes mais conhecidos, mas é certamente obra do historiador que se deixou distanciar do curso dos acontecimentos que tem estudado, para apresentar a sua visão da sociedade de hoje, com os seus desafios, as suas tensões e o sentido do rumo ou das encruzilhadas com que se debate na sua caminhada para o futuro. Representa, por isso, um acto de cidadania de uma personalidade que ganhou projecção social e académica ao serviço da sua Universidade, onde



exerceu as mais altas funções de reitor, num período de profundas alterações no ensino superior português. Os seus mandatos foram marcados por duas revisões estatutárias, integração de escolas, criação de novos cursos, reforma do ensino, e incansáveis diligências para assegurar financiamentos indispensáveis à conclusão de vários edifícios, como a biblioteca e as residências universitárias, e a edificação de novas instalações nos pólos universitários da Horta e Angra do Heroísmo, um financiamento que foi recentemente concluído pelo Governo dos Açores. O seu reitorado ficou ainda ligado à recuperação de diversas estruturas da Universidade, para além de um grande investimento ao nível do audiovisual, da informatização dos serviços e do aumento altamente significativo dos estudantes e diplomados em diversos cursos e graus. Mas, acima de tudo, foi um reitorado com uma aposta muito clara e assumida na tripolaridade da Universidade, entendida como forma de unir os Açores, uma região geograficamente dispersa, mas que se pretende histórica e culturalmente unida, sob o signo do desenvolvimento. Não será, no entanto, meu propósito alongar-me aqui nesta evocação, pois, embora a não julgue despropositada

nesta ocasião, não pretendo correr o risco de ceder ao mau uso da história, que Avelino de Meneses recusa compreender como uma colagem às coisas do passado, preferindo antes concebê-la como uma «ciência do presente» (p. 31). No seu curioso argumento, que não resisto a apresentar sumariamente, a história que nos prende ao passado perde a perspectiva do futuro e com frequência faz-nos resvalar na vil tentação de utilizar para a «justificação dos nossos fracassos, ao ponto de nos esquecermos que fazemos parte dela e que fomos nós próprios que a construímos». Serve, com frequência, o expediente mesquinho de remeter para o passado a responsabilidade dos insucessos do presente, uma forma de «lavagem de consciências», como agora se ouve dizer, em que se utiliza a história, diz Avelino de Meneses judiciosamente, como «refúgio dos incapazes» (cf. p. 31). Todos conhecemos, infelizmente, maus exemplos deste expediente, na política, na administração, nas instituições, mesmo nas de mais alto estatuto.

2. Esta obra mereceu o acolhimento de Letras Lavadas Edições, a nova iniciativa que a dinâmica admirável do nosso estimado amigo e editor da Publiçor José Ernesto

Resendes tem vindo a afirmar, com um selo inequívoco de qualidade, que coloca a concepção e execução gráfica das suas diversas publicações em perfeita sintonia com as melhores produções das editoras do país. É um aspecto que temos vindo a apreciar com muita admiração, pelo alto contributo que tem vindo a dispensar à difusão dos trabalhos de índole variada e que têm os Açores como denominador ou como tema mais ou menos presente. Será pois justo, neste momento, dispensar ao principal responsável da Publiçor a expressão do nosso reconhecimento pelo excelente e promissor trabalho realizado em prol dos Açores e dos que se têm dedicado ao seu estudo. Parabéns, pois, prezado amigo Ernesto Resendes.

Mesmo a terminar, uma palavra ainda para dizer que *Coisas de Agora. O Historiador e a Actualidade* poderá parecer, à primeira vista, que surgiu em *antítese* ao último livro que o autor recentemente publicou com o

título *Antigamente era Assim*. Creio, todavia, que esta apreciação, inspirada num esquema de vulgarização da dialéctica hegeliana, deveria ligá-lo antes ao domínio da *síntese*, em que Avelino de Meneses, homem de cultura e cidadão atento e socialmente empenhado, lança mão do seu equipamento de historiador e, como quem não receia dar o flanco à crítica, dispõe à mercê dos seus concidadãos temas de reflexão e de intervenção que a sociedade actual não poderá desconhecer. Neste sentido, o presente livro dirige-se ao grande público, que o poderá ler com proveito e facilidade, graças ao estilo fluente, à atractividade dos temas abordados e à capacidade de integrar preciosa e variada informação. *Coisas de Agora* é pois um livro que, por tratar de temas que nos dizem directamente respeito, merece ser lido e comentado, neste momento de crise em que políticos, agentes económicos e actores sociais têm pela frente o desafio de reinventar o Açores, sem perder de vista a sua geografia e a sua história.

JOSÉ LUÍS BRANDÃO DA LUZ